

COMISSÃO TRIPARTITE PARITÁRIA PERMANENTE – CTPP

Ata da 2ª Reunião Extraordinária

DATA: 21/12/98

LOCAL: FEBRABAN - São Paulo (SP)

HORÁRIO: 13h

PARTICIPANTES: Zuher Handar (SSST), André Luiz M. Cardoso (SSST), Mara Lúcia Walter Ferreira (SSST/MTb), Mário Bonciani (DRT/SP), Roque Puiatti (DRT/RS), Joseline M^a C. T. C. Leão (DRT/PE), Ivone Corgosinho Baumecker (DRT/MG), José Gaspar F. Campos (FUNDACENTRO), Mário Jorge Tsuchiya (MPAS), Juliana Canaan D. Moreira (CNA), Júlio Maito Filho (CNC), Leonardo Greco (CNI), Magnus Ribas Apostólico (CNF), Benedito Dario Ferraz (CNT), Emília C. Sant'anna (CUT), Domingos Lino (CUT), Joel Pereira Félix (CGT), Arnaldo Gonçalves (FS), Valdete Ferreira Lopes (FS), Sérgio Latance Júnior (CNT), Welsio R. Monteiro (CNI), Manoel Luiz Zuanelli (CNT), Adib Miguel Eid.

ABERTURA: O Presidente, Dr. Zuher Handar, declarou aberta a reunião, lembrando que a mesma era prosseguimento da reunião extraordinária da CTPP, e informou que seria apresentado o texto da NR-05 construído pela GTT/CPA e o dimensionamento de cipeiros. Além disso, informou que seriam apresentadas as portarias que fazem parte da proposta da mora da NR-05. Solicita ao Eng. Roque Puiatti que proceda a leitura das portarias. O Eng. Roque passa a ler a portaria do Sr. Ministro do Estado do Trabalho que fixa prazos para análise de denúncias de irregularidade no processo eleitoral e treinamento. Em seguida, procede a leitura da portaria referente a recepção de propostas de alteração de itens da NR-05 (CIPA). Logo após, faz a leitura da portaria que altera o texto da NR-05. Por solicitação, procede a leitura dos subitens 5.64 - (designação de responsável pelo cumprimento dos objetivos da NR-05) e 5.38.1 - comunicação do início do processo eleitoral ao sindicato. A Sra. Emília C. Sant'Anna registra a necessidade de verificar a abrangência (nacional ou regional) para o subitem 5.38.1. Após discussões, o Presidente encaminhou para o consenso de que o item era de competência regional, informando ainda que o subitem 5.64 também é de competência regional. O presidente prossegue, apresentando a proposta do governo para o dimensionamento de cipeiros, informando que a mesma é decisão do governo, decisão isto imposto por não se ter chegado a consenso. Informa que, excetuando os setores da agropecuária e da construção, o quadro hoje existente é o de 130.082 cipeiros titulares, perfazendo total de 260.164 cipeiros (titulares e suplentes). Segundo estudos e análises feitas, elaborou-se proposta que procura manter a paridade de titulares e suplentes, com pequena redução do número de suplentes, ou seja, 134577 titulares e 126.45 suplentes, com redução de 8120 suplentes e acréscimo total de 870 cipeiros. Entregou-se então, quadro proposta de dimensionamento de cipeiros onde CIPA com até 3 titulares não tenha redução e a partir de 4 titulares, passa-se a ter redução de 1 e 3 suplentes. O presidente considera que esta é primeira fase de negociação, iniciada em 20/06/96. Registre não estar plenamente satisfeito com a impossibilidade do consenso total. As posições das bancadas, quanto ao dimensionamento, continuam diferentes e lembrou-se que foi quebrada um princípio, ao

ser incluída a discussão da queda do número de suplentes, considerando que a bancada dos trabalhadores manifestarem sempre serem contrários a esta redução. Mesmo assim ainda não se chegou a consenso. O texto que deve ficar na NR-05 inclui o estabelecimento de mecanismos para comunicação do início do processo eleitoral ao sindicato. Apresentou-se também proposta de dimensionamento para o setor de comércio atacadista, onde CIPA inicia-se com 30 trabalhadores por estabelecimento. Em seguida a Eng. Ivone apresentou transparência com a proposta do governo. O presidente registrou a certeza de que o processo negocial é o caminho para a construção de normas que contemplem as partes e cumprimentou a todos pelo trabalho produzido até então. Manifestou que a maturidade adquirida pelas partes com o processo negocial vai fortalecer os futuros processos de negociação. Passou a palavra à Eng. Ivone para apresentação da proposta do governo de dimensionamento de cipeiros. O presidente lembrou da necessidade de alteração no preâmbulo da Portaria que altera o texto da NR-05 no sentido de que fique claro que a SSST receberá ou recepcionará as sugestões a nível nacional e as de nível regional fica estabelecido na convenção coletiva da categoria. O Sr. Arnaldo Gonçalves (FS) ratificou manifestação expressa na última reunião havida de que entendia a decisão tomada pela SSST mas não concordou com o resultado das negociações. O Dr. Greco (CNI) registrou que encaminhará uma declaração por escrito de que o arbitramento feito pela SSST está longe dos limites da negociação. O Sr. Lino (CUT) levantou que a questão da comunicação ao sindicato já estava na versão anterior feita pelo GTT/NR5 e que também aceita o processo instituído pela SSST, mas não concordam com o resultado e poderão declarar pôr escrito. Lembra da adequabilidade do processo negocial para que se disponha de regulamentação duradoura e respeitada pelas partes. O Sr. Joel (CGT) ratificou as posições já manifestadas pelos representantes de sua bancada e espera que as negociações avancem para o nível regional. Lembra, no entanto, que a se continuar a mesquinhez na negociação não haverá melhoria da Segurança e Saúde no trabalho e exemplifica com o aumento dos acidentes de trabalho no setor elétrico. A Sra. Emília (CUT) registrou a exaustão do atual estágio de negociação e que a intransigência parte da bancada patronal. Defendeu porém o processo de negociação Tripartite e que as negociações deverão ser levadas a nível regional. Dr. Julio Maito (CNC) registrou que a arbitragem sempre descontente a todos, porém deve-se lembrar, como ponto maior, a valorização do processo negocial e que deve-se ter um tempo para as bancadas analisarem e fazerem suas manifestações. O presidente lembrou que o encaminhamento a ser dado pressupõe que haverá prazo de 90 dias, a partir da publicação da nova regulamentação, para os ajustes que possam ocorrer quanto ao dimensionamento de cipeiros e que o GTT/NR-05 deve continuar como Comissão Permanente Nacional. O Dr. Magnus (CNF) reafirmou a importância do processo Tripartite e da sua preservação e lembra que desde o início da revisão da NR-05 a bancada patronal afirmava que o que estavam em discussão 2 assuntos: a introdução do sindicato no processo da CIPA e o número de estáveis. Cita que as 2 bancadas estão preocupados com a segurança e saúde do trabalho e que a grande questão da NR-05 é o número de estáveis. Citou que suplentes, acima de 2 por estabelecimento, não tem função na CIPA e que entende que não houve intransigência por parte de sua bancada, pois o suplente tem papel puramente político. O Dr. Dario Ferraz (CNT) ratificou as palavras do Dr. Magnus (CNF) e as coloca como síntese do pensamento da bancada. Agradeceu e enobreceu a condução dos trabalhos feita pelo Presidente e

cita que entende que 99% da nova NR-05 está pronta e o processo de negociação trouxe grande experiência para todos e deve ser aplicada no futuro. O Dr. José Gaspar (FUNDACENTRO) registrou que, especificamente à NR-05, a FUNDACENTRO teve um papel secundário na sua construção, por não ser a mesma técnica, possuindo um componente político muito forte. Defende a manutenção do processo negocial Tripartite. Registrou ainda a admiração pela paciência demonstrada pelo Secretário na condução dos trabalhos da GTT/NR-05. O presidente salientou a importância da FUNDACENTRO na construção da NR-05 e que sua postura na condução do GTT/NR-05 não foi de indecisão e sim de busca do consenso. A Eng. Ivone ratificou as manifestações demonstrados de reconhecimento pela paciência de demonstrada pelo Presidente do GTT/NR-05 e que o processo produtivo atual, para avançar, necessita da ampliação dos trabalhadores nos processos de decisão e deliberação dentro das empresas. O Sr. Valdete (FS) registrou que a arbitragem realizada pelo presidente do GTT/NR-05 foi competente, porém o resultado desagradou a Força Sindical, citou que está, com está revisão, inaugurada uma nova fase do processo negocial. O Presidente colocou em pauta a proposta de revisão da NR-18 (andaimes e composição do CPN) e solicita a manifestação dos membros da CTPP. O Dr. Grego (CNI) nada tem a obstar, valendo seu voto pela bancada. A Sra. Emília (CUT) manifestou nada ter a opor sobre revisão da NR-18 e lembrou sobre o destaque feito (Manuais de Procedimento da Perícia Médica INSS) em reunião anterior. O Presidente informou que tomará as providências para esclarecimento junto ao INSS. Registrou ainda a satisfação do trabalho conjunto, e que a próxima reunião deverá ser em fevereiro ou março de 99, encerrando a reunião. Vencida a pauta e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, foi encerrada a reunião. E para constar, eu, Zuher Handar, Coordenador da CTPP, lavrei a presente Ata, que após aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros desta Comissão.